



Nome: \_\_\_\_\_

**007 – AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS – PROVA 01****PROVA ESCRITA OBJETIVA  
CADERNO DE QUESTÕES**

**Leia atentamente as instruções abaixo e aguarde a autorização para abertura deste caderno de questões.**

1. **Confira o CADERNO DE QUESTÕES nos primeiros 30 minutos de prova.** Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, a prova poderá ser substituída nesse intervalo de tempo.
2. Confira o CARTÃO-RESPOSTA e assine seu nome no espaço próprio, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A ausência de assinatura incide na desclassificação do candidato.
3. Não dobre, não amasse, nem manche o CARTÃO-RESPOSTA. Ele NÃO poderá ser substituído.
4. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 opções identificadas com as letras A, B, C, D. Assinale apenas uma opção em cada questão, caso contrário, ela será nula.
5. O tempo disponível para esta prova é de **3h**.
6. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
7. Os candidatos, após entrarem na sala da prova, somente poderão retirar-se após decorridas duas horas do tempo de duração previsto.
8. Quando terminar a prova, entregue-a ao fiscal SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA, juntamente com o CARTÃO-RESPOSTA. Em seguida, assine a LISTA DE PRESENÇA. Caso o CADERNO DE QUESTÕES E/OU o CARTÃO-RESPOSTA estejam rasgados ou incompletos, o candidato será eliminado.
9. O candidato também será excluído do certame caso:
  - a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fonte de consulta de qualquer espécie.
  - b) Ausente-se da sala de prova levando consigo o CADERNO DE QUESTÕES, antes do tempo estabelecido, e/ou CARTÃO-RESPOSTA.
  - c) Deixe de assinalar corretamente o campo no CARTÃO-RESPOSTA.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE**  
**Concurso Público – 002/2025**





CONCURSO PÚBLICO



**GABARITO**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>20</b>
<b>21</b>	<b>22</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>28</b>	<b>29</b>	<b>30</b>	<b>31</b>	<b>32</b>	<b>33</b>	<b>34</b>	<b>35</b>	<b>36</b>	<b>37</b>	<b>38</b>	<b>39</b>	<b>40</b>

**007 – AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS – PROVA 01****CONHECIMENTOS GERAIS****TEXTO****CLIMA EXTREMO DESAFIA  
INFRAESTRUTURA DO BRASIL**

Quando os radares da Defesa Civil captaram a possibilidade de temporal sobre Santa Catarina em dezembro de 2025, o governo do estado tomou uma decisão drástica: suspender as aulas. Foi a primeira vez que mais de 520 mil alunos de escolas estaduais foram orientados a ficar em casa naquele 9 de dezembro como medida de prevenção a desastres. Estudantes da rede municipal em diversas cidades e universidades também cancelaram as atividades.

A chuva e os ventos fortes eram trazidos por um ciclone extratropical que já ganhava o selo de atípico. Ele se formou no Paraguai, atravessou o Rio Grande do Sul e se intensificou na costa entre esse estado e Santa Catarina, detalha Marcelo Seluchi, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

Um dia depois, as mesmas rajadas sopraram na cidade de São Paulo. Os ventos chegaram a 100 km/h, afetaram transformadores de energia, cancelaram voos, derrubaram placas de trânsito e paralisaram a vida em pelo menos dois milhões de imóveis. A estimativa mais recente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo calcula perdas de pelo menos R\$ 2,1 bilhões no comércio e no setor de serviços.

Um mês antes, outro ciclone extratropical formado sobre o Sul do país foi o estopim para uma calamidade no Paraná. Nuvens pesadas ajudaram a formar três tornados que atingiram 11 cidades e arremessaram carros, derrubaram prédios, tombaram caminhões. O fenômeno destruiu 80% de Rio Bonito do Iguaçu e deixou seus 14 mil moradores em choque.

“Nós não estamos preparados para isso. Nós não estamos adaptados para enfrentar esses eventos climáticos extremos”, avalia José Marengo, coordenador-geral de pesquisa do Cemaden. Os ciclones extratropicais são um fenômeno conhecido na meteorologia. Na América do Sul, eles se formam próximo ao Sul do Brasil até o sul da Argentina e precisam de um ingrediente-chave: o calor que vem do Equador encontrando o frio que sai do polo.

O Instituto Nacional de Meteorologia não tem um banco de dados que contabilize os ciclones extratropicais ocorridos no Brasil, informou o órgão. Mas a pesquisa feita por Rosmeri Porfírio da Rocha, do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo, revela que de três a quatro ciclones se formam nesta região, em média, por mês e “saem” para o Atlântico.

Os ciclones, explica a cientista, têm um papel fundamental de auxiliar no transporte de calor do Equador para o polo e do frio no caminho contrário. “E quando fazem isso, geram ação, rotação, formam nuvem, tempestade, a pressão muda muito no espaço, os ventos se aceleram”, cita Rocha. A diferença do caso mais recente foi que ele se intensificou dentro do continente - e não no mar, como costuma ser. No monitoramento feito por Seluchi, o sistema chegou a 2 mil km de extensão e gerou efeitos desde a Argentina até o Rio de Janeiro.

Em Florianópolis, estado exposto a este evento climático por sua posição geográfica, Regina Rodrigues vivenciou três ciclones em 2025 no quintal de sua casa. Professora na Universidade Federal de Santa Catarina, ela é uma das brasileiras de um grupo internacional que investiga a conexão de eventos climáticos extremos com as mudanças climáticas.

“A força motriz dos ciclones é a diferença de temperatura. Quanto maior for esta diferença, mais violento ele fica. Está ficando pior porque a parte subtropical e tropical do Brasil está ficando mais quente”, afirma Rodrigues. No estado onde vive, considerado uma zona de “encontros” dessas massas, os ventos já chegaram a 109 km/h. Sem energia elétrica e internet em casa, Rodrigues viu pela janela telhados e toldos voando.

O despreparo para enfrentar ciclones mais fortes e outros eventos climáticos extremos é visível até na metrópole mais rica do país. Para moradores, comércios e indústrias na Grande São Paulo, ventanias e tempestades têm sido sinônimo de dias sem eletricidade. “Isso mostra toda a vulnerabilidade do sistema elétrico, com postes e fios aéreos — e que estão perto das árvores”, comenta Marengo.

A Empresa de Pesquisa Energética reconhece as lacunas do setor e a necessidade de adaptação diante das mudanças climáticas. Um estudo publicado no ano passado lista os potenciais impactos de tempestades, ventos fortes e enchentes na infraestrutura e no fornecimento de energia. Mas, até



agora, as concessionárias não são cobradas por órgãos reguladores para aumentar a resiliência.

Na capital paulista, o aterramento dos fios anda a passos lentos: a prefeitura afirma ter implantado 88 km de fiação subterrânea. Isso equivale a 0,02% dos 44 mil km sob concessão da Enel no estado, empresa distribuidora que atende 8 milhões de unidades consumidoras na região metropolitana.

Os impactos afetam outros setores da economia. O de seguros, em geral, é um dos primeiros justamente por lidar diretamente com a materialização dos riscos. “Observa-se um aumento gigantesco no número de sinistros, o que torna o impacto das mudanças climáticas mais evidente”, comenta Luciane Moessa, advogada e diretora da ONG Soluções Inclusivas Sustentáveis.

As seguradoras, afirma Moessa, têm buscado projetar novos cenários e rever suas metodologias de cálculo para enfrentarem os novos tempos. Mesmo que esse setor se adapte, não há garantias de um desfecho positivo: ao recalcular os riscos com base no aumento da frequência e da intensidade dos sinistros, os prêmios podem se tornar muito mais elevados do que são hoje.

“E as pessoas podem deixar de contratar seguros simplesmente porque não terão condições de arcar com os custos”, complementa Moessa, citando o exemplo do seguro agropecuário. Em nível nacional, o país acaba de aprovar o Plano Clima Adaptação. A política pública envolve 26 ministérios e busca aumentar a resiliência de estados e municípios diante de eventos extremos e, sobretudo, evitar mortes.

O desafio será implementar as diretrizes nos estados e cidades — onde os impactos das mudanças climáticas se manifestam. Em outra frente, o Ministério do Meio Ambiente vai ajudar municípios a desenvolverem seus próprios planos com foco na proteção de vidas, infraestrutura, transporte, saúde e outros serviços essenciais.

“Um plano de adaptação ideal parte, antes de tudo, do conhecimento profundo sobre onde o território é vulnerável. Por isso, o planejamento precisa ser participativo, envolvendo não apenas o poder público, mas também a sociedade civil e o setor privado”, afirma Lincoln Muniz Alves, coordenador-geral do Departamento de Políticas para Adaptação e Resiliência à Mudança do Clima do MMA, referindo-se ao AdaptaCidade.

Não há uma receita de bolo a ser seguida: a ideia é que cada município, a partir de sua realidade

específica, defina suas prioridades. Em muitos casos, os problemas estão associados tanto ao excesso quanto à falta de água, cita como exemplo Alves. Nesta fase inicial, 581 cidades distribuídas por todos os estados participam desse esforço.

Para colocar o plano em prática, o acesso ao financiamento pode ser uma barreira, já que muitos municípios estão endividados ou têm pouca capacidade técnica para elaborar projetos robustos. “Embora existam recursos disponíveis, a burocracia também é um obstáculo significativo. É necessário que as próprias agências financiadoras reconheçam essas limitações e adaptem seus mecanismos”, comenta Alves sobre outra necessidade de adequação. (...)

Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/eventos-climaticos-extremos-desafiam-infraestrutura-brasileira/a-75216590>>. Adaptado. Acesso em: 06 de fevereiro de 2026.

### Questão 01

A decisão relatada no início do texto revela, sobretudo, uma mudança no padrão de atuação do poder público diante de eventos climáticos, caracterizada por:

- Substituição de respostas emergenciais por políticas estruturais de longo prazo.
- Adoção de medidas cautelares baseadas em cenários prospectivos.
- Descentralização das responsabilidades de gestão de riscos.
- Alinhamento às recomendações internacionais.

### Questão 02

A caracterização do sistema atmosférico como atípico decorre, principalmente, do fato de ele ter:

- Atingido simultaneamente regiões historicamente imunes ao fenômeno.
- Apresentado intensidade incompatível com registros históricos globais.
- Rompido o padrão espacial mais recorrente de fortalecimento desses sistemas.
- Sido provocado exclusivamente por alterações recentes no clima global.

### Questão 03

Os dados econômicos mencionados no texto cumprem a função argumentativa de:

- Quantificar os prejuízos apenas como efeito colateral inevitável.



## CONCURSO PÚBLICO



- b) Demonstrar a eficiência dos mecanismos de resposta adotados.
- c) Justificar a priorização do setor produtivo nas políticas climáticas.
- d) Ampliar a compreensão dos impactos para além da esfera ambiental.

### Questão 04

Ao avaliar a capacidade de enfrentamento dos eventos descritos, o especialista citado no texto sustenta uma crítica centrada na:

- a) Imprevisibilidade dos sistemas atmosféricos.
- b) Ausência de adaptação estrutural às novas condições climáticas.
- c) Insuficiência de cooperação internacional.
- d) Negligência exclusiva do setor privado.

### Questão 05

A explicação científica sobre o funcionamento dos ciclones sugere que o aumento recente de sua intensidade está associado, sobretudo, à:

- a) Maior frequência de frentes frias no hemisfério sul.
- b) Ampliação do contraste térmico entre massas de ar.
- c) Aceleração dos ventos em regiões equatoriais.
- d) Expansão das áreas urbanizadas.

### Questão 06

No trecho “A chuva e os ventos fortes eram trazidos por um ciclone extratropical”, o sujeito oracional deve ser classificado como:

- a) Sujeito simples.
- b) Sujeito inexistente.
- c) Sujeito composto.
- d) Sujeito oculto.

### Questão 07

No trecho “A força motriz dos ciclones é a diferença de temperatura”, o termo destacado pode ser adequadamente substituído, sem prejuízo semântico, por:

- a) Propulsora.
- b) Secundária.
- c) Reguladora.
- d) Acessória.

### Questão 08

Assinale a alternativa que classifica CORRETAMENTE o termo destacado no trecho a

seguir: “Um plano de adaptação ideal parte, antes de tudo, do conhecimento profundo sobre onde o território é vulnerável.”

- a) Adjunto adnominal.
- b) Predicativo do sujeito.
- c) Predicativo do objeto.
- d) Adjunto adverbial.

### Questão 09

Em “Não há uma receita de bolo a ser seguida”, é CORRETO afirmar que:

- a) O verbo “haver” é intransitivo.
- b) O termo “de bolo” é complemento nominal.
- c) A oração tem sujeito simples.
- d) O verbo “haver” é impessoal.

### Questão 10

No trecho “É necessário que as próprias agências financiadoras reconheçam essas limitações”, a oração subordinada exerce a função sintática de:

- a) Sujeito.
- b) Objeto direto.
- c) Objeto indireto.
- d) Predicativo do sujeito.

### Questão 11

Uma equipe de desenvolvimento utiliza Git com múltiplas *branches* para permitir o desenvolvimento paralelo, integração contínua e a manutenção de versões em produção. O projeto adota versionamento semântico e possui histórico extenso de *commits*.

Com base nas boas práticas de controle de versões e no funcionamento do Git, analise as sentenças a seguir:

- I- *Commits* pequenos e frequentes facilitam a identificação de regressões e a auditoria de mudanças, especialmente quando integrados a pipelines de CI/CD.
- II- A utilização de *rebase* em *branches* compartilhadas é recomendada, pois preserva o histórico completo de *commits* e reduz o risco de inconsistências no repositório remoto.
- III- O uso de *tags* associadas a *commits* específicos permite identificar *releases* estáveis e recuperar versões exatas do código implantado em produção.



## CONCURSO PÚBLICO



Analisadas as sentenças, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas I e II estão corretas.
- c) Apenas I e III estão corretas.
- d) Apenas II e III estão corretas.

### Questão 12

Em uma rede corporativa composta por múltiplas sub-redes interligadas por roteadores, um host precisa se comunicar com outro host localizado em uma rede distinta.

Conforme os conceitos de endereçamento IP e roteamento, analise as sentenças a seguir:

- I- O endereço IP identifica logicamente um host ou interface de rede e é utilizado como base para o encaminhamento de pacotes entre redes distintas.
- II- A escolha do melhor caminho entre a origem e o destino é realizada pelos roteadores com base em suas tabelas de roteamento, considerando o o endereço IP de origem.
- III- Protocolos de roteamento utilizam informações de endereçamento IP para construir e atualizar tabelas de roteamento, permitindo decisões dinâmicas de encaminhamento.

Analisadas as sentenças, está(ão) CORRETA(S) apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.

### Questão 13

Constitui ato de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública, EXCETO:

- a) Negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei.
- b) Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com a finalidade de ocultar irregularidades.
- c) Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, o teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

- d) Conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

### Questão 14

Segundo norma constitucional, o servidor público estável só perderá o cargo:

- a) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei municipal, assegurada ampla defesa e o contraditório.
- b) Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- c) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei ordinária, assegurada o contraditório e a ampla defesa.
- d) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma do decreto, assegurada ampla defesa.

### Questão 15

Dado o sistema linear 
$$\begin{cases} 2x + 3y + z = 110 \\ 3x - y + 2z = 70 \\ x + y - z = 0 \end{cases}$$
, o valor

de  $x + y + z$  é:

- a) 60.
- b) 70.
- c) 50.
- d) 65.

### Questão 16

A Lei Orgânica do Município de Eusébio (CE) constitui o principal diploma normativo local, estabelecendo princípios, competências e organização dos Poderes Municipais. De acordo com a Lei Orgânica, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Lei Orgânica pode ser alterada por decreto do Prefeito Municipal.
- b) A iniciativa de emenda à Lei Orgânica é exclusiva do Prefeito.
- c) A Lei Orgânica depende de sanção do Governador do Estado.
- d) A Lei Orgânica é promulgada pela Câmara Municipal, após aprovação em dois turnos.



## CONCURSO PÚBLICO



### Questão 17

A Lei Municipal n.º 2.279/2025 institui o Programa de Atração de Investimentos e Inovação de Eusébio (ou somente Programa de Investimentos e Inovação do Eusébio) (PROINE) como instrumento de desenvolvimento econômico local. Com base no texto legal, constitui objetivo do PROINE:

- a) Fomentar o desenvolvimento econômico com apoio à iniciativa privada.
- b) Conceder incentivos fiscais restritos a empresas industriais tradicionais.
- c) Priorizar o aumento da arrecadação tributária municipal direta.
- d) Substituir políticas estaduais e federais de inovação tecnológica.

### Questão 18

No âmbito do Programa de Atração de Investimentos e Inovação de Eusébio (ou somente Programa de Investimentos e Inovação do Eusébio) (PROINE), a Lei Municipal n.º 2.279/2025 prevê a concessão de incentivos fiscais específicos, observados critérios os legais. Segundo essa Lei, pode ser objeto de incentivo fiscal:

- a) O Imposto sobre Operações Financeiras, por autorização executiva.
- b) O Imposto de Renda Pessoa Jurídica, por convênio municipal.
- c) A Contribuição de Melhoria decorrente de obras públicas.
- d) O Imposto Predial e Territorial Urbano, mediante avaliação do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE).

### Questão 19

A Constituição da República assegura aos Municípios autonomia como ente integrante da Federação, princípio este reproduzido e detalhado pela Lei Orgânica do Município de Eusébio (CE). Essa autonomia manifesta-se em diferentes dimensões, permitindo ao Município organizar seus próprios interesses, exercer competências legislativas e administrativas e gerir seus recursos, sempre nos limites estabelecidos pela Constituição Federal (CF). Em relação à Lei Orgânica do Município de Eusébio (CE) e ao modelo constitucional brasileiro de repartição de competências, a autonomia municipal NÃO compreende:

- a) Autonomia administrativa.
- b) Autonomia financeira.

- c) Autonomia legislativa.
- d) Autonomia jurisdicional.

### Questão 20

No Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Eusébio (CE), os dispositivos que tratam de regime disciplinar e penalidades estabelecem normas sobre a aplicação das sanções funcionais. De acordo com esses dispositivos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A suspensão é uma penalidade prevista no Estatuto e somente deve ser aplicada após regular processo administrativo disciplinar que assegure ampla defesa.
- b) A advertência é uma penalidade prevista para infrações leves, aplicável independentemente de processo administrativo.
- c) O servidor poderá ser punido com demissão pela prática de qualquer infração, mesmo sem devido processo legal.
- d) O Estatuto não prevê penalidades como a demissão ou a cassação de aposentadoria.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Questão 21

Em relação ao Código Tributário Municipal e às normas tributárias e suas regras gerais, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A expressão legislação tributária não compreende os decretos, mas engloba as normas complementares que versam sobre matéria tributária.
- b) O conteúdo e o alcance dos decretos não se restringem aos das leis em função das quais sejam expedidos, com observância das regras de interpretação estabelecidas Código Tributário municipal e na legislação pertinente.
- c) Apenas o secretário de administração deve editar os atos normativos, correspondentes as normas complementares.
- d) Não constitui majoração do tributo, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo ou do próprio tributo.

### Questão 22

Conforme Código Tributário Municipal, a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida, quanto a, EXCETO:



## CONCURSO PÚBLICO



- a) Mutabilidade.
- b) Capitulação legal do fato.
- c) Circunstâncias materiais do fato.
- d) Natureza ou extensão dos seus efeitos.

### Questão 23

O contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), pessoa jurídica e pessoa física equiparada à jurídica para efeitos tributários, ainda que imune ou isento, fica obrigado a, EXCETO:

- a) Atender a convocação para recadastramento ou para apresentar livros, documentos e informações fiscais.
- b) Conservar e apresentar à administração tributária, quando solicitado, documento fiscal ou qualquer outro referente a prestação ou situação que constitua fato gerador de obrigação tributária ou que comprove a veracidade dos dados consignados em livro fiscal, contábil, declaração ou escrituração fiscal eletrônica.
- c) Requerer a baixa de sua inscrição, após 30 (trinta) dias do encerramento definitivo de suas atividades no Município.
- d) Comunicar à Fazenda Municipal, dentro de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência, qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir obrigação tributária ou dificultar a fiscalização ou o lançamento de tributo.

### Questão 24

Acerca da Taxa de Licença Ambiental (TLA), de que trata o Código Tributário Municipal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Terá como base de cálculo o custo da análise e o custo da atividade de controle exercida pela administração municipal; será lançada em nome do contribuinte por ocasião da permissão para utilização da área pública.
- b) As obras em imóveis destinados ao uso de templos religiosos de qualquer culto não são isentas.
- c) Contribuinte da TLA é apenas o interessado na concessão da licença ambiental.
- d) O pedido de licença somente deverá ser protocolado mediante comprovação do pagamento da taxa.

### Questão 25

Segundo a Contribuição de Melhoria, de que trata o Código Tributário Municipal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O cálculo da Contribuição de Melhoria terá como limite total o custo da obra, no qual serão incluídas as despesas com estudos, projetos, desapropriações, serviços preparatórios, investimentos necessários para que os benefícios sejam alcançados pelos imóveis situados na zona de influência, execução, administração, fiscalização e financiamento, inclusive os encargos respectivos.
- b) Os requerimentos de impugnação, de reclamação, suspendem o início e terão efeito de obstar a administração da prática dos atos necessários ao lançamento e à cobrança da Contribuição de Melhoria.
- c) Os imóveis edificados em condomínio participarão do rateio de recuperação do custo da obra, na proporção do número de unidades cadastradas, em razão de suas respectivas áreas de construção.
- d) Os proprietários dos imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de 30 (trinta) dias, a começar da data da publicação do edital, para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

### Questão 26

Considerando a Constituição Federal (CF) de 1988, sobre a associação profissional ou sindical, é CORRETO afirmar que:

- a) Nas negociações coletivas de trabalho, é facultativa a participação dos sindicatos.
- b) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato.
- c) Ao sindicato cabe a defesa unicamente sobre os direitos e interesses coletivos da categoria, inclusive em questões judiciais.
- d) Independentemente da contribuição prevista em lei, a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical.

### Questão 27

Conforme Constituição Federal (CF) de 1988, são direitos sociais, EXCETO:

- a) A educação e a saúde.
- b) A propriedade, a moradia e a cidadania.
- c) A previdência social e a assistência aos desamparados.
- d) A proteção, a maternidade e a infância.



## CONCURSO PÚBLICO



### Questão 28

Com base no Código Tributário Nacional, o termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente, EXCETO:

- a) A origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado.
- b) Sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros.
- c) A quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.
- d) Em todos os casos, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

### Questão 29

São objetivos do plano de contas aplicadas ao setor público, EXCETO:

- a) Distinguir os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.
- b) Atender à Administração Direta e à Administração Indireta das três esferas de governo, salvo, quanto às peculiaridades das empresas estatais dependentes e dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).
- c) Contribuir para a adequada tomada de decisão e para a racionalização de custos no setor público.
- d) Permitir o detalhamento das contas contábeis, a partir do nível mínimo estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional, de modo que possa ser adequado às peculiaridades de cada ente.

### Questão 30

Os créditos adicionais, que são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, são classificados CORRETAMENTE como:

- a) Extraordinários.
- b) Suplementares.
- c) Ordinários.
- d) Especiais.

### Questão 31

As rubricas que compõem especificamente o Balanço Financeiro são, EXCETO:

- a) Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas.
- b) Receitas de Benefícios Previdenciários e Assistenciais.

- c) Receitas e Despesas Orçamentárias Ordinárias.
- d) Saldo do Exercício Anterior e Saldo para o Exercício Seguinte.

### Questão 32

Acerca do Cadastro Geral de Pessoa Jurídica (CNPJ), é INCORRETO afirmar que:

- a) O representante da entidade no CNPJ deve ser a pessoa física que tenha legitimidade para representá-la.
- b) As situações cadastrais da inscrição no CNPJ não se confundem com a condição de atividade ou inatividade para fins tributários.
- c) Para fins de inscrição no CNPJ, apenas se considera estabelecimento o local privado quando edificado.
- d) Os estados, o Distrito Federal e os municípios devem ter uma inscrição no CNPJ, na condição de estabelecimento matriz, que os identifique como pessoa jurídica de direito público.

### Questão 33

Quando um particular comete crime contra a ordem tributária e ocasiona grave dano à coletividade, sua pena poderá ser aumentada em:

- a) 2/3 (dois terços) até a metade.
- b) 1/3 (um terço) até a metade.
- c) 1/4 (um quarto) até a metade.
- d) 3/5 (três quintos) até a metade.

### Questão 34

Os Ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos, EXCETO:

- a) Mais de dez anos de exercício de função e de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.
- b) Notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- c) Mais de trinta e menos de setenta anos de idade.
- d) Idoneidade moral e reputação ilibada.

### Questão 35

O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do TCU, ao qual compete, EXCETO:



## CONCURSO PÚBLICO



- a) Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
- b) Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- c) Assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- d) Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa fixa em 50% ao dano causado ao erário.

### Questão 36

Leia o texto e considere a lacuna a seguir:

No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a \_\_\_\_\_ do valor orçado pela Administração.

Agora, assinale a alternativa que completa CORRETAMENTE a lacuna acima:

- a) 55% (cinquenta e cinco por cento).
- b) 65% (sessenta e cinco por cento).
- c) 75% (setenta e cinco por cento).
- d) 85% (oitenta e cinco por cento).

### Questão 37

Acerca do julgamento das propostas, conforme Lei n.º 14.133/21, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Serão desclassificadas as propostas que, apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- b) A verificação da conformidade das propostas não poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
- c) No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.
- d) Serão desclassificadas as propostas que, não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital.

### Questão 38

Na fase de habilitação das licitações serão observadas, EXCETO:

- a) Serão exigidos os documentos relativos à regularidade civil, criminal e fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas dos dois licitantes mais bem classificados.
- b) Poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- c) Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.
- d) Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

### Questão 39

Conforme Lei de licitação vigente, para a aplicação das sanções, serão consideradas, EXCETO:

- a) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- b) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- c) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- d) O montante de contratos firmados com a administração pública, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

### Questão 40

O processo licitatório tem por objetivos, EXCETO:

- a) Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.
- b) Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.
- c) Executar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.
- d) Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.